



# Anais da Assembleia

N.º 94

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 139ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1977 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni e secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e David Federmann.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Erondy Silvério, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Gabriel Manoel (21); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Enéas Faria. (33)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

- O SR. DENI SCHWARTZ – Pela ordem, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, representante do Sudoeste do Paraná.
- O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. (Soam os tímpanos)  
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)  
(Pausa)
- O SR. GABRIEL MANOEL – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu solicitaria da Mesa que apele ao Sr. Deputado Fuad Nacli que tomasse assento no seu respectivo lugar para prosseguimento da chamada.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência defere a solicitação de V. Exa. e apela ao Sr. Deputado Fuad Nacli que tome assento.
- O SR. 1.º SECRETÁRIO – (Prossegue a chamada) Vinte e dois Srs. Deputados presentes.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 15 às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

..... Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi e Valter Pietrângelo. (13)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A data de hoje – 11 de agosto – marca um dos mais importantes acontecimentos da vida nacional: a comemoração da instalação dos cursos jurídicos no Brasil.

E, neste 1.977, mais que sempre, o evento se alteia, não só porque se atinge os 150 anos da criação, mas também e fundamentalmente porque, é nos momentos atuais que a nacionalidade, impregnada dos ideais de Liberdade, de Justiça e de Democracia, recebe da consciência jurídica brasileira a reafirmação de fé nos mesmos ideais e disposição de trabalho para se reencontrar os caminhos que conduzam ao Estado de Direito.

Mais que nunca a nação hipoteca sua solidariedade aos advogados brasileiros, porque se irmanaram também na certeza de que os mais caros sentimentos de patriotismo, de amor à nossa terra e à nossa gente, estão a anunciar o alvorecer do império da Lei, como emanção legítima da soberana vontade de um povo.

Este Poder Legislativo – autêntica representação popular do Paraná – tem por dever assinalar o fato, proceder o seu registro, enaltecendo o quanto deve, hoje e ao longo do tempo, o País aos seus juristas razão pela qual, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvida a Casa, a consagração de voto de intenso e profundo regozijo com os

advogados do Paraná e do Brasil, quando se comemora o sequicentário da instalação dos cursos jurídicos em nossa pátria.

Outrossim, requer mais, que se dê ciência da decisão, por inteiro teor deste expediente, à Ordem dos Advogados do Brasil, e, a sua seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(aa) Trajano Bastos e Enéas Faria.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios à SUNAB e ao CIP, alertando-lhes para o fato de que em nosso Estado, principalmente em Curitiba, quase não existe à venda o chamado "pão francês" e os efeitos do seu tabelamento, baseado no consumo do Rio de Janeiro e São Paulo, aqui se tornam praticamente inúteis, pois o paranaense se alimenta basicamente com o chamado "pão d'água", o qual deveria ser enquadrado na mesma faixa de preço para os pães comuns de 50 gramas.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977.

(a) Fidelcino Tolentino

## JUSTIFICATIVA:

Muitas controvérsias tem surgido em razão do recente tabelamento do pão.

Ora, se a massa usada para o fabrico do "pão francês" é a mesma usada para o "pão d'água", e o seu peso também é o mesmo, qual a razão de ser cobrado preço diferente para um e outro produto?

E se as panificadoras não cumprem o compromisso de manter à venda o chamado "pão francês" e nem vendem ao preço tabelado para aquele o "pão d'água", não seria mais justo tabelar este último ou reconhecê-lo como sendo idêntico àquele, classificando-o como pão comum de 50 gramas?

Quanto a possíveis prejuízos, cremos que são injustificáveis, pois, vários de nossos Supermercados continuam vendendo ambos pelo mesmo preço (aquele do tabelamento), fato que vem acontecendo desde que custavam Cr\$ 0,20 ou Cr\$ 0,25 e já teriam obstado a fabricação se não obtivessem lucro...

Outro fato que compensa a venda do "pão d'água" ao preço tabelado, é a total liberdade que se dá em relação aos demais tipos, principalmente os pães para sanduíches e hamburger, broas especiais ou de centeio e vários outros, vendidos em cada local por um preço diferente.

Enfim, essa é a nossa contribuição indagativa à SUNAB e ao CIP: Qual o efeito positivo em benefício de nossa população, em tabelarmos um produto que não existe à venda no mercado?

Finalmente, como sugestão: não seria mais racional fixar-se um preço acessível ao "pão d'água" ao invés de se exigir a venda do "pão francês", cujo tabelamento é praticamente inoperante em relação ao nosso Estado?

Segundo a SUNAB, apenas o "pão francês" teria seu preço aumentado de Cr\$ 0,30 para Cr\$ 0,35.

Todavia, já surgiram os primeiros problemas, dada a posição de algumas panificadoras em aumentar o preço do "pão d'água" de 0,40 para 0,50.

Entendemos que esse posicionamento não se justifica, pois, conforme já frisamos em pronunciamento feito nesta Casa, aqui no Paraná consumimos em maior escala o "pão d'água" e não o "pão francês", cuja fabricação seria obrigatória.

Dizemos seria, porque, segundo fomos informados, aproximadamente 70 por cento das panificadoras locais não cumpre com essa obrigação, e nem vendem o "pão d'água" pelo preço tabelado para o "pão francês".

Com tal procedimento, o prejudicado é o povo de nosso

Estado, pois, o tabelamento do pão tem por objetivo fazer com que todos os lares brasileiros possam ter a sua mesa este alimento básico e que constitui o produto de consumo geral.

Em pesquisa que fizemos no ano passado, constatamos que nos grandes centros, principalmente Rio e S. Paulo, quase nem se conhece o Pão d'água, daí a razão de constar na tabela, ao invés de PÃO COMUM DE 50 GRAMAS (o que "data vênica" seria a forma correta), a denominação "pão francês", como se fosse a forma do pão e não a sua massa o objeto do tabelamento.

Em Curitiba, para justificar a cobrança de um preço maior para o "pão d'água", chegou-se a inventar uma "fórmula mágica", talvez inspirada no famoso "elixir da juventude", pela qual seriam usadas farinhas, ovos e outros ingredientes especiais para o fabrico desse pão nosso de cada dia.

Essa fórmula está sendo usada?

Como fiscalizar a sua aplicação?

Em nosso entendimento, não passou de mais um triste sofisma em prejuízo de nossas populações tão carentes de alimentação.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, solicitando urgência na solução da falta de salas de aula na sede do Distrito de Sarandi, Município de Marialva.

Sabe-se que o referido Distrito tendo recebido grande aumento populacional, conta apenas com a primeira fase do curso de primeiro grau mantida pelo Estado em sua sede, sendo a segunda fase, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), o que por si só já onera os estudantes daquele distrito, em sua maioria filhos de operários. No entanto, não existem salas de aulas para atendimento da demanda, estando inclusive, sendo ministradas aulas no Salão Paroquial da Igreja Católica daquele Distrito.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(a) Antônio Facci.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública do Estado, solicitando providências no sentido de que seja dada a Sub-Delegacia de Polícia do Distrito de Sarandi, Município de Marialva, de todas as condições para alcançar sua finalidade, dando tranquilidade e segurança à sua população, dotando-a, principalmente, de uma viatura para locomoção dos elementos lá destacados.

Sarandi, apesar de ser apenas sede distrital, conta hoje com uma população de aproximadamente 15.000 habitantes, superior, portanto, a grande parte dos nossos municípios.

Merece, conseqüentemente, tratamento à altura, visando a segurança de sua população.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(a) Antônio Facci.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do MDB, no cumprimento de dispositivos regimentais, indica os senhores Deputados ;

- 1- Renato Bernardi
- 2- Deni Schwartz
- 3- Nilso Sguarezi
- 4- Enéas Faria

para comporem a C.P.I., da Economia do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(a) Trajano Bastos.

# PROJETO DE LEI NÚMERO 108/77

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — A Lei poderá transferir área de território de um para outro Município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal, e está sempre precedida de plebiscito.

§ 1o. O processo de transferência de área, referido neste artigo, terá início com representação dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por 100 (cem) eleitores residentes e domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou de domicílio expedido pela Delegacia de Polícia local, e será acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou seguindo acidentes naturais.

§ 2o. A forma de realização de plebiscito, para os fins deste artigo, será a mesma que a estabelecida para a criação de município.

§ 3o. A prova de que o município remanescente não perde os requisitos mínimos, será feita pelos interessados ou requisitados pela Assembleia Legislativa mediante os documentos exigidos pela Lei Federal para a criação de Municípios.

§ 4o. A prova do benefício para a área, objeto de transferência, será feito pelos interessados, na representação a que se refere o parágrafo 1o., deste artigo.

Art. 2o. — A Assembleia Legislativa ouvirá as Câmaras Municipais e os Prefeitos dos Municípios afetados pela transferência de área territorial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Parágrafo único — A deliberação das Câmaras Municipais, na hipótese deste artigo, depende do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 3o. — Instruído o processo, a Assembleia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito.

Art. 4o. — Se o resultado do plebiscito for favorável à transferência, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores, a Assembleia Legislativa disporá sobre as novas divisas dos Municípios afetados pela mesma, nos termos da representação.

Art. 5o. — Da proclamação do resultado do plebiscito, pela autoridade judiciária, cabe recurso dentro de cinco (05) dias para a Assembleia Legislativa, sob o fundamento de fraude ou coação, interposto por quinze (15) eleitores, no mínimo.

§ 1o. A Assembleia decidirá sobre o recurso, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis.

§ 2o. Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, ter-se-á o recurso como recusado, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembleia Legislativa.

§ 3o. Provido o recurso, será autorizada a realização de novo plebiscito.

Art. 6o. — As transferências de área territorial de que trata esta Lei, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(a) Maurício Fruet.

## JUSTIFICAÇÃO ;

Em meio aos trabalhos de elaboração do projeto de lei orgânica dos municípios, que viria converter-se na Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973, o Assessor Técnico REGINALDO FANKLIN, encaminhou um estudo

sob o título "Contribuição ao Estudo do Projeto de Lei Orgânica dos Municípios", datado de 21 de setembro de 1972, contendo sugestões de natureza técnico-jurídicas tendentes a aperfeiçoar o mencionado diploma, dentre as quais se destaca uma proposta de disciplina legal para a transferência de área territorial de um para outro município.

Os fundamentos invocados foram os seguintes:

O maior defeito do dispositivo (Art. 4o., § único) é ocultar, num texto nebuloso, um problema cuja solução tem exigido deste Poder Legislativo prodígios de construção interpretativa de leis esparsas, justamente em decorrência de uma "vocatio legis" específica.

Refiro-me à questão da transferência de área de um para outro município.

A rigor, a única possibilidade legal de operar tais transferências, resulta da interpretação, aliás não muito clara, do Art. 6o., da Lei Complementar No. 1, de 09 de novembro de 1967, quando se refere a "alterações territoriais", para delimitá-las ao quadriênio pré-eleitoral. De sorte que, ao lado da criação do município, a Lei Federal contempla as alterações territoriais, entre as quais podem ser incluídas as transferências de território.

Porém, não há, na citada Lei, qualquer indicação acerca do procedimento.

Até esta data, tem-se adotado a sistemática da Lei Orgânica No. 64, que disciplinava uma permissão constitucional estadual, hoje derogada.

Para resguardar o referido processo, associava-se-lhe a providência cautelar da Lei Complementar No. 1, no sentido de assegurar ao município remanescente as condições mínimas de sobrevivência.

Tal o estado da questão.

Ora, este é o momento oportuno para a definição clara e definitiva do crucial problema das transferências de áreas, bem como do seu procedimento.

Proporia, assim, a inclusão dos seguintes dispositivos ; (do trabalho citado).

A referida contribuição não foi acolhida, no entanto, apesar do despacho do Presidente do grupo de trabalho remetendo-a ao respectivo relator, no dia 25 de setembro de 1972.

Em consequência, a imperiosa necessidade de ajustar dívidas intermunicipais distorcidas ficou sem meio legal de ser atendida, em face do silêncio da nova Lei Orgânica dos Municípios.

Um ano depois, tendo respondido centenas de consultas sobre a matéria, de deputados, vereadores e prefeitos, sempre no sentido de que, na espécie estava caracterizada uma "vactis legis", ofereceu ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho, que aceitou, o texto daquela sugestão, agora em forma de projeto cuja representação ora procedemos.

Na justificação da propositura se enfatizava a importância da regulamentação nestes termos ;

"O presente projeto visa suprir uma lacuna da Lei Orgânica em vigor.

A matéria é daquelas sobre as quais a Assembleia é mais freqüentemente chamada a opinar, tendo em vista que a atual divisão administrativa do Estado está eivada de erros.

Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas, somados à falta de critérios geo-econômicos e históricos na delimitação de inúmeros municípios ensejam a necessidade de transferir áreas de um para outro município.

A esfera de competência para a iniciativa em foco é própria do Estado.

Efetivamente, a Lei Federal Complementar No. 1, esgotou a competência para a criação de municípios, porém as "suas alterações territoriais" (Art. 6o.), por força do relacionamento constitucional existente entre as unidades federadas e a União, consubstanciado no § 1o., do Art. 13, da Carta Magna, podem ser assumidos tranqüilamente pelo Estado.

Eis o finalidade e o fundamento jurídico da iniciativa".



A matéria seguiu o trâmite regimental e obteve a aprovação do plenário. Remetido à sanção, o projeto foi vetado com base em argumentos destituídos da menor consistência. Veja-mo-los:

"O não acolhimento do plano de lei em exame decorre de informações expendidas pelo órgão competente da administração, segundo as quais a matéria, pela forma como vem lançada, não consulta aos superiores interesses públicos, eis que, inclusive, não guarda a necessária sintonia com a Legislação Federal pertinente ao assunto, ou seja, a Lei Complementar No. 1, de 09 de novembro de 1967 e ao Ato Complementar No. 46, de 07 de fevereiro de 1969". (do Of. No. 307/74, de 03 de dezembro de 1974).

Duas, portanto, foram as causas da rejeição do projeto pelo Governador: não consultar aos superiores interesses públicos e não guardar a necessária sintonia com a legislação federal.

Com relação à primeira, diga-se apenas que, ao contrário, há um clamor unânime dos municípios, no sentido de corrigir distorções nas suas fronteiras, das quais decorrem atualmente variada gama de problemas de ordem administrativa; quanto à segunda, basta reafirmar que a Lei Complementar No. 2 de 1969, simplesmente não versou a matéria de forma direta o que segundo os princípios mais elementares de interpretação constitucional, significa ter facultado ao legislador estadual a decisão de estabelecer as normas pertinentes e, por outro lado, lembrar que o Ato Complementar No. 46, de 1969, não proíbe absolutamente a alteração do quadro territorial, mas a condiciona a autorização do Presidente da República.

Portanto, a motivação do veto é de uma lamentável fragilidade.

Não obstante, o projeto foi rejeitado e, conseqüentemente a negativa da sanção, ratificada, pondo fim ao ciclo do procedimento de tal matéria de alta relevância para os municípios e para o Estado.

Essa importância explica o porquê da representação, nesta oportunidade, do projeto em foco.

Seu texto, com efeito, não oferece qualquer dificuldade para o pronto entendimento, de sorte que nos dispensamos de fazer qualquer elucidação orientadora.

Julgamos, todavia, oportuno sublinhar que a sistemática adotada para a transferência de áreas (intermunicipais segue a experiência de muitos anos, calcada na/má/aplicação Lei No. 64 de 1948 (antiga Lei Orgânica dos Municípios), nos requisitos e formalidades incorridos na Lei Complementar Federal No. 1, de 1969, que dispõe sobre a criação de municípios, e, por fim, da própria natureza do processo, o que, evidentemente, não dispensa a judiciosa contribuição por ventura extendidas pelos ilustres Pares como necessárias ao aperfeiçoamento de um diploma de tão amplos efeitos políticos e administrativos como este.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Indiscutivelmente, a contribuição de todos os grupos sociais e religiosos se impõe para o progresso brasileiro.

Por isso, com dedicação e denodo, dezenas e dezenas de líderes têm coordenado eficiente trabalho, no sentido de proporcionar as condições essenciais para que os nobres objetivos sejam alcançados.

Dentre estas Organizações destacamos, nesta oportunidade, a Igreja do Evangelho Quadrangular, conhecida como Cruzada Nacional de Evangelização, originária do Estado da Califórnia, onde foi fundada no ano de 1922, pela Missionária Aimé Semple Materson.

Desde o ano de 1951, desenvolve as suas atividades no Brasil, contando atualmente com aproximadamente 120 mil membros, dos quais cerca de dez mil estão no Estado do Paraná,

prestando culto a Deus Todo Poderoso e contribuindo ativamente para o bem estar geral.

Em Curitiba, a Igreja do Evangelho Quadrangular mantém um dos quatro Institutos Bíblicos que implantou no Brasil.

Organizou e faz funcionar, de forma exemplar, na cidade de Araucária, o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, que visa o desenvolvimento intelectual e espiritual de dezenas de crianças.

Com muita honra recebe esta Casa, na tarde de hoje, a visita do Reverendo George Russel Faulkner, Presidente da referida obra no Brasil, ou seja, Presidente do Conselho Nacional de Diretores; do Reverendo Dr. Jayme Palharim, Secretário Executivo; do Reverendo Eduardo Zdrojewski, Superintendente para a Região de Curitiba e Litoral do Estado, da operosa entidade religiosa.

Em nome deste Legislativo estendemos-lhes as mais cordiais saudações, desejando também, pleno êxito, ao primeiro Congresso Estadual do Grupo Missionário de Sras., organização interna da Igreja que desenvolve importantes atividades notadamente de assistência social-conclave do qual participam e que se realiza em Curitiba.

Assim Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhando a Igreja do Evangelho Quadrangular, como operam diversas outras modelares instituições de fins ideais, acreditamos que o futuro de nossa sociedade será mais aperfeiçoado, sob as bênçãos Divinas. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esperava não vir a utilizar esta tribuna para tratar do assunto que ora focalizaremos, visto que o mesmo poderia ter sido solucionado, o mal poderia ter sido sanado, sem que um Parlamentar desta Casa tivesse a necessidade de se utilizar desta tribuna, para fazer ver, ao Estado do Paraná, o que acontece em setores que inicialmente constroem a imagem de um problema que parece pequeno, mas, que com o passar do tempo, vai se tornando insuportável e nós então, aqui nos apresentamos.

Estivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mês de abril p.p., acompanhando a Comissão de Vereadores da Câmara Municipal de Londrina, em audiência com o eminente Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Cal. Alcindo Pereira Gonçalves, narrando àquela Comissão, o verdadeiro estado de tortura que se impõe no setor "Expedição de Cartelas de Identidade" em Londrina, aos municípios de nossa terra e de nossa região, que ali se dirigem, até mesmo chamando ou atendendo o chamamento do Governo deste Estado e deste País, que convoca a nossa gente, para buscar o seu título de eleitor, a sua carteira de identidade, os seus documentos pessoais.

De longa data, há muitos anos o Sr. Chefe de Serviço de Expedição de Identidade em Londrina, Sr. João Navarro de Miranda Filho, covardemente, desrespeita, maltrata e agride o povo de nossa região que se utiliza daqueles serviços, objetivando a conquista da sua cédula de identidade.

E o que agrava mais a situação, é que este posto de identificação, funciona em uma sala de Delegacia de Polícia de Londrina.

E as enormes filas crescem pelos corredores daquela Especializada; senhoras, estudantes, jovens, se misturando aos marginais, detidos pelos agentes da Décima Sub-Divisão Policial de Londrina.

Deixaremos de narrar em detalhes nesta Casa, o comportamento comprometedor do Sr. João Navarro de Miranda Filho, que canta em verso e prosa, que por ter um padrinho forte na Secretaria de Segurança, pode impor esse regime de trabalho, condenado por todos. É como afirmamos ao Sr. Secretário de Segurança Pública, as testemunhas, as pessoas a

serem solicitadas para dar maiores informações são seus próprios colegas de trabalho. São todos aqueles que buscaram, naquele Posto de Identificação, a sua cédula de identidade.

A situação é insustentável e parece mesmo que seu padrinho é forte, pois, no mês de abril, o eminente Secretário de Segurança Pública anunciou àquela Comissão de Vereadores e a este Deputado, que estava presente, que as providências seriam tomadas imediatamente, para substituição do chefe do Posto, que tem criado problemas de toda ordem em nossa região, determinando no sentido de que as Carteiras de Identidade não permanecessem adormecidas nos arquivos daquele Posto de Serviço de Identificação. Ou até mesmo, aqui em Curitiba conforme dissemos, naquela oportunidade, que Carteiras de Identidade vinham sendo guardadas há mais de um ano, com processos demorando de 6 a 8 meses para serem concluídos.

Então, Sr. Presidente, face ao aqui rapidamente exposto, proponho o seguinte requerimento. (Lê) ;  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o envio de Ofício ao Exmo. Sr. General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário da Segurança Pública do Paraná, solicitando as providências que se fazem necessárias para regularizar a expedição de Cédulas de Identidade em Londrina e municípios da região, nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao reclamo da população londrinense e região, vem à presença de V. Exa., solicitar que se adote as providências abaixo sugeridas, visando moralizar e reorganizar o serviço de expedição de Cédulas de Identidade para Londrina e municípios vizinhos, que de longa data vem comprometendo o conceito do Departamento de Identificação do Paraná, visto o péssimo atendimento e o atraso na entrega (demorando na quase totalidade dos processos de 6 a 8 meses, havendo casos de mais de um ano), como já é do conhecimento de V. Exa.:

- a) Substituição imediata do Chefe do serviço de expedição de Identidade em Londrina, Sr. JOÃO NAVARRO DE MIRANDA FILHO, que desrespeita, maltrata e agride os munícipes que se utilizam dos serviços daquele Posto de Identificação;
- b) Mudança da sede do Posto de Identificação que hoje se localiza na Delegacia de Polícia de Londrina, sem condições no que se relaciona ao espaço físico, impondo a formação de enormes filas pelos intranquilo corredores daquela Delegacia para um prédio apropriado;
- c) Elevar o número de funcionários e dotar de condições materiais para melhor atendimento, e;
- d) Fiscalizar e exigir o prazo de entrega da Cédula de Identidade que não deverá ultrapassar de 30 dias.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1977".

Era o que tínhamos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperando que esta manifestação desperte o Sr. Secretário de Segurança Pública para que dê atendimento à medida anunciada à Comissão de Vereadores e a este Deputado, em sua Secretaria. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Acredito que, nesta Casa, deve-se, com o respeito que ela merece, sempre se procurar, quando se assume a tribuna, debater interesses do nosso povo, da nossa gente.

E por assim entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiquei surpreso ao saber que na sessão de terça-feira passada, meu nome foi dito por diversas vezes, da tribuna desta Casa. Dizia o nobre e combativo Deputado Erondy Silvério, que a nossa ausência, nesta Casa, é costumeira.

Dizia o nobre Deputado Erondy Silvério que tínhamos na quinta-feira da semana passada, dito desta tribuna alguns disparates.

E na sessão de anteontem me surpreendi quando li as notas taquigráficas da sessão de terça-feira quando realmente não compareci e vi o nobre e combativo Deputado se retratar e pedir desculpas ao Deputado Lúcio Machado, dizendo que não havia chamado aquele brilhante parlamentar de covarde. Mas muito já se disse nesta Casa, muitas vezes já se disse que os Anais e as notas taquigráficas não mentem e estão lá para quem quiser comprovar que o Deputado chamou um companheiro meu de covarde, como homem e covarde como Parlamentar, mas se retratou e bem o fez.

Quero apenas, para encerrar, dizer que acredito que este assunto se deva encerrar por aqui. Não aceito quando se diz que não compareço a esta Casa Talvez o Deputado Erondy Silvério não saiba que é meu vizinho de gabinete e a prova maior são os funcionários desta Casa que sabem que chegamos bem cedo pela manhã e saímos normalmente à noite, inclusive almoçando aqui na Assembléia.

Está aí a administração da Casa a mostrar quantas faltas temos, qual o nosso comparecimento aqui.

E para encerrar devo dizer e me congratular, com o Deputado Erondy Silvério, pelo seu projeto de lei que pretende ajudar os funcionários públicos estaduais no que diz respeito ao Instituto de Previdência do Estado. Mas quero também dizer ao Deputado Erondy Silvério que afirmou que nada viu de nossa pessoa nos últimos 40 dias, que a partir da semana que vem muito desta tribuna será dito, principalmente sobre o assunto abordado pelo Deputado, ou seja, o Instituto de Previdência do Estado.

Vamos ver quem está certo.

Vamos ver quem pratica barbaridades.

Vamos ver quem faz mais disparates na próxima terça-feira no Grande Expediente ou na quarta-feira, se houver condições, em função das inscrições, vamos desta tribuna mostrar a boa administração do IPE, mostrar como se faz o serviço de previdência neste Estado. Não da boca para fora, não apenas no dizer, mas documentado demonstrando como age o Superintendente daquele Instituto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião da elaboração do projeto de lei que deu origem à Lei Orgânica dos Municípios, foi elaborado um trabalho pelo Assistente Técnico da Assembléia Legislativa, Dr. Reginaldo Fanckin, propondo que se incluíssem naquela lei, sugestões de natureza técnico-jurídicas, tendendo a aperfeiçoar o referido diploma para possibilitar a transferência de áreas e territórios, de um, para outro município, no Estado do Paraná.

Na ocasião a referida sugestão não foi aceita, e posteriormente, em 1974, o Deputado Gilberto Carvalho apresentou um projeto de lei nesse sentido, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado e, posteriormente, vetado pelo Governador da época, S. Exa. Dr. Emílio Gomes.

Nas razões do veto, S. Exa. destacou que o projeto não consultava aos superiores interesses públicos e não guardava a necessária sintonia com a legislação federal; todavia, com relação à primeira razão do veto, diga-se apenas que, ao contrário, há um clamor quase que unânime dos municípios paranaenses no sentido de corrigir distorções nas suas fronteiras, das quais decorre, atualmente, variada gama de problemas de ordem administrativa. E os Srs. Deputados com certeza têm

conhecimento dos fatos aqui narrados.

Porém, não existe uma lei que possibilite superar estas divergências e corrigir estas deformações geográficas nos municípios.

Quanto à segunda razão do veto, é importante se dizer que, a Lei Complementar no. 02, de 1969, simplesmente não versou a matéria de forma direta, porque, segundo os princípios mais elementares da interpretação constitucional, significa ter facultado, ao legislador estadual, a decisão de estabelecer as normas pertinentes; e, por outro lado, lembrar que o ato complementar no. 46, de 1969, não proíbe, absolutamente, a alteração do quadro territorial, mas, a condiciona à autorização do Presidente da República.

Nesse sentido, e visando corrigir esta lacuna existente na Lei Orgânica dos Municípios, reapresentamos hoje, projeto de lei, que poderá autorizar a transferência de área de território de um, para outro município, desde que se comprove benefício para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos mínimos exigidos pela lei federal, cuja forma será, sempre, através de plebiscito e cujo texto global já foi lido por S. Exa. o Sr. 1.º Secretário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quer me parecer que estamos realmente vivendo o fim dos tempos.

Vimos ontem o pronunciar do Ministro Jarbas Passarinho, que denunciava ao Brasil que, a democracia só poderá vir, na sua plenitude a este País, depois que a Nação pagar as suas dívidas, as suas contas.

Nós sabemos que hoje, o Brasil deve aos seus credores aproximadamente 40 bilhões de dólares, dívida esta que teve o seu crescimento neste espaço de 13 anos, uma representação da maior violência de endividamento de um País.

Que esperança teremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Para quando poderemos esperar que este Brasil tão massacrado e tão vilipendiado pelo cerceamento do direito, tenha o retorno da democracia plena, da liberdade de dizer, da liberdade de contestar, da liberdade de instalação de unidades para o crescimento e o desenvolvimento deste País, que desgraciadamente a cada dia que passa, impõe sobre os seus filhos o jugo da violência, da decepção e do desespero, do enfraquecimento e até do cerceamento para a caminhada importante da cultura e do seu próprio desenvolvimento.

Nós vimos os jornais de hoje denunciarem mais prisões de estudantes em Brasília. Mais estudantes surrados no Nordeste do País, e uma declaração do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo de que ele mandou para o "campus" universitário, ao invés de soldados, simplesmente homens uniformizados para tocar música — banda de música.

Ainda ontem, "O Estado de São Paulo", na sua coluna "Notas e Informações", sob o título "A Carta aos Brasileiros" — em um de seus parágrafos diz: "Não se diga pois, que o povo brasileiro permanece alheio, indiferente à doutrina e aos postulados da "Carta". Não antes de lhe ter dado oportunidade de se afirmar e de escolher espontaneamente: entre esta, pelo menos, e a "democracia moderna", proposta há um ano pelo Ministro Armando Falcão. Enquanto o povo brasileiro não for chamado a opinar, será presunção orgulhosa o preconceito chamar a "Carta" de documento de gabinete, de fruto de abstracionismo teórico sem adequação à realidade brasileira e sem valor histórico; ou ainda qualificar como superiores a esta as reformas constitucionais de abril, pela simples razão de terem sido produzidas em granjas e não em gabinetes".

Seus jornais não podem criticar abertamente, porque a censura violenta e ameaçadora, não lhe dão o direito de dizer claramente aquilo que pretende dizer.

Diz o colunista: Foi, e está caracterizado que foi. Não reforma feita nos gabinetes oficiais de legislação deste País, mas uma flagrante a distância da própria fiscalização de um Poder realmente democrático.

É lamentável, que neste País, quando as esperanças de um povo se voltam ao trabalho de produtividade de todas as formas da atividade humana; veja em seu governo, a extrema insensibilidade na observação do sacrifício e do patriotismo de sua gente.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Squarezi, inscrito.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma dor física é igual para o homem intelectual como o é para o analfabeto. Para o inteligente como para o ignorante. Porém uma dor espiritual é muito mais forte para os cultos e intelectualizados, que para o primário e o carente de instrução.

Ao comemorar-se hoje, a data do surgimento dos cursos jurídicos no Brasil, forçosamente é necessário uma análise histórica do que tem representado para a Nação, esta forja de homens dedicados ao estudo do Direito.

Foram os advogados, em todos os lances históricos desta Pátria, que alçaram suas vozes, para defender os princípios da paz, liberdade e justiça entre a nação brasileira. A abolição da escravidão, a proclamação da república e a própria independência tornaram-se possíveis, graças aos amantes do direito que projetaram/para: nossos destinos, uma história de paz e concórdia entre os brasileiros. Desnecessário ressaltar, que no cotidiano desta nação, no interior dos fóruns, e tribunais, milhares de advogados, promotores, juizes e mestres de direito, prestam seu labor anônimo pelo engrandecimento harmônico e pacifista desta terra, escudados e alicerçados sempre nos princípios do direito e do bom senso humanos.

Hoje, quando a consciência jurídica da nação se manifesta, outra manifestação não é, que a tomada de posição desta classe social, tão numerosa e consciente, que a classe dos advogados brasileiros. Mais sensíveis pelo traumatismo existente na vida política da nação brasileira, nossos advogados, a exemplo dos que nos antecederam na história, são os que mais sofrem com a excepcionalidade do regime que vivemos. Sentem os advogados, muito mais que qualquer outra categoria social, as injunções do regime, por verem cotidianamente que a força do direito, foi derrogada pelo direito da força. Angustiadoss, preocupados, com o nosso futuro e as imprevisíveis consequências que podem levar a nação, quando presa do arbítrio e da força, os defensores do direito, em todos os quadrantes da República, levaram novamente suas vozes, para exigirem o Estado de Direito. São homens preparados para uma vida, cujo objetivo maior outra não é que viver sobre os princípios da lei, do direito e da cultura jurídica.

O histórico documento — CARTA AOS BRASILEIROS, de autoria dos mestres das arcadas paulistas e pernambucanas, é antes de tudo o grito lancinante de homens de idéias e princípios, asfixiados do clima de injuricidade que vivemos.

Como advogado e como parlamentar, sinto-me reconfortado ao ver que são os advogados que iniciam a pregação da retomada do Estado de Direito. Reconforto porque é gratificante ao homem de oposição ver que mestres de direito que nos ensinaram verdades imorredouras, por elas ainda se batem. Alentador porque é a fibra de homens de bem que rememoram aos brasileiros, que não será vedando os meios de comunicação que se esconderam e escamotearão verdades imprescindíveis, como as traduzidas na Carta aos Brasileiros. Os homens e os governos passam, mas o direito como conquista intangível da humanidade, restará para aviventar consciências e insuflar idealismos.

Sr. Presidente, antes de concluir, quero deixar consignado



aqui, o registro em nome da bancada do MDB, aos repórteres políticos desta Casa, que nesta Casa houveram por bem fundar o Clube de Repórteres do Paraná.

Realmente, acredito que esta Associação e esta Entidade, congregará os profissionais da imprensa, tão dedicados e numa tarefa das mais difíceis, das mais complexas, mas tão necessária, como este próprio Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

○ SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

○ SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, ligeiramente, para encaminhar requerimento que, por falta de tempo, não foi possível ser lido no Expediente, cuja súmula é a seguinte:

Requer seja encaminhado ofício à SUNAB e à CIF, alertando-lhes para o fato de que o nosso Estado e, principalmente Curitiba, quase não existindo o chamado "Pão Francês" para a venda, e o efeito de seu tabelamento aqui se torna, praticamente nulo, o paranaense se alimenta, praticamente, com o "Pão D'água", o qual deveria ser enquadrado na mesma faixa de preço para os pães comuns de 50 grs.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, inscrito.

○ SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se hoje, em todo o Brasil, o Sesquicentenário da fundação dos Cursos Jurídicos em nosso País. Esta data e esta comemoração, impõem alguns reflexos.

O bacharel, sem dúvida nenhuma, foi o grande plasma da nossa nacionalidade. Foi quem estruturou o País, dando-lhe forma, construindo a sua organização, criando instituições; enfim, conseguindo fazer com que o País, periférico, ganhasse articulações com os centros decisórios mundiais.

Na realidade, o Brasil, na opinião quase unânime de nossos historiadores mais afeitos à sociologia, é o resultado do esforço do bacharel.

O bacharel que, no Brasil, sempre foi caricaturado, acusado, que sempre foi mal entendido, na realidade, teve uma contribuição enormíssima para a nossa formação. Mesmo quando acusados de alienados, de desligados de nossa realidade, ainda assim é possível vislumbrar em cada gesto, em cada ato, em cada trabalho do bacharel, uma obra das mais importantes.

É por isto que Sérgio Buarque de Hollanda, em seu RAÍZES DO BRASIL, dizia que mesmo ainda quando se punham a legislar, o cuidado e organização em coisas práticas, os nossos homens de idéias e, principalmente, bacharéis, eram em geral, puros homens de palavras e livros. Acabariamos, assim, por esquecer os vastos prosaicos que fazem a verdadeira trama da existência diária, para nos dedicarmos a motivos mais nobilitantes: a palavra escrita, retórica, gramática, enfim, ao direito formal.

Todavia, é o próprio Sérgio Buarque de Hollanda, que reconhece mais à frente no seu magnífico estudo, pioneiro, nas letras sociológicas brasileiras, que o bacharel conseguiu articular o país com o resto do mundo. Foi quem lhe deu forma, foi quem lhe deu organização, foi quem melhor lhe pensou, foi enfim, aquele que tentou modernizar com sucesso um país periférico, um país recém colonizado, um país sem tradições e sem instituições.

É longa a tradição bacharelista no Brasil, e para Gilberto Freire: A ascensão do bacharel trouxe a verdade para a vida brasileira, muita fuga da realidade. Através de leis quase freudianas nas suas raízes, nos seus verdadeiros motivos, poderíamos caracterizar a revolta dos filhos contra os pais. O bacharel

teve igualmente no seu esforço retórico e discursivo, no seu espírito conciliador, uma chama que jamais se apagou. Devemos a eles a Abolição e a República. O bacharel que desfrutava na sociedade brasileira de singular posição, pois as grandes disputas pessoais e de famílias nos interesses econômicos conflitantes, tudo tinha no bacharel a solução. E é na decadência do semi-feudalismo brasileiro, e na emergência dos primeiros contornos de uma sociedade urbana, que o bacharel desponsa triunfante. Semi-feudalismo que de certa forma o bacharel ajudava a destruir com seus arroubos liberais e individualista. Ele era o ideólogo dos costumes urbanos no Brasil, no que este possuía de mais submisso.

O bacharelismo, segundo Pessoa de Moraes, teria sido também uma espécie de travessura, de moços quebrando o prestígio de homens de mais idade, em sua licenciosidade, colaborando para a diminuição das distâncias sociais. O bacharelismo marca o fim do ruralismo, a disciplina rigorosa, o prestígio do bigode, da palmatória e dos castigos corporais. Pelas próprias exigências de uma economia urbana ou capitalista, o bacharel foi um instrumento adequado para inaugurar e introduzir a dissolução dos elementos disciplinadores. Ninguém melhor do que ele para explicitar as regras do vale-tudo ético burguês.

Não é preciso dizer que o bacharel foi um elemento ligado às classes emergentes, a quem servia. A sua perturbação, a ordem estabelecida, seria o ressentimento de não ter pretendido há mais tempo às esferas dominantes. Uma vez aboletado nos meios senhoriais o bacharel criou uma técnica de sustentação. É por isso que Gilberto Amado, reconhece no bacharel, o agente que fez o Brasil atingir estatura de país livre e independente, porque os homens pensantes brasileiros, todos eles, eram básica e fundamentalmente recrutados nas duas escolas de direito que o Brasil possuía, no início do século passado.

Nessas condições, a República não podia deixar de ser, portanto, como era a Monarquia, senão os advogados que ano a ano saíam às multidões das Faculdades de Direito.

Um mestre e jus-filósofo brasileiro, 'Miguel Reale' em tese apresentada na Segunda Conferência Nacional dos Advogados, lembrava com muita precisão, que se se apagarem da história do Brasil as obras de nossos bacharéis, o que restará da vida cultural e política do Império e da República? Que restará de nossas Letras, de nosso romance, de nossa oratória, de nosso jornalismo, de nossa historiografia, de nossa poesia; que restará do pensamento filosófico, sem os bacharéis que se chamaram Tobias Barreto, Silvio Romero, Farias de Brito, Pedro Lessa, João Mendes Júnior, Jackson de Figueiredo e Clóvis Bevilacqua. Mas ainda, para cúmulo dos paradoxos: muitos dos críticos do bacharelismo se louvam em escritos de bacharéis, como Alberto Torres e Oliveira Viana que são também bacharéis. mesmo bacharéis bissexto de experiência jurídica, esporádica e rala".

"Costumo a afirmar, que a justiça é uma virtude franciscana, porque sempre é destinada à tutela e à salvaguarda dos demais valores. No fundo: Ordem social justa é aquela em que cada homem ou um grupo de homens, esteja em condições de realizar na medida das conjunturas do tempo e das exigências do todo, o máximo das suas possibilidades, sem resultar em comprometidas as fontes das liberdades instituidoras do espírito".

E para dirigir esta missão, ninguém mais habilitado do que o bacharel. (Lé) "Basta um relance de olhos para os quadrantes do globo, tanto no Ocidente como no Oriente, para nos convencermos de que a Ciência perde celeradamente a sua categoria de fazer do homem, para tornar-se um fazer do Estado, ou um "fazer de empresas". Em toda parte a Ciência subordina-se à esquemas imensos de organização burocrática, pública ou privada máxime, no concernente aos empreendimentos ligados

à energia nuclear". Daí porque, mais do que nunca é necessário, o bacharel estar ativo nas suas trincheiras, defendendo os valores fundentes da nossa nacionalidade e aqueles valores maiores do nosso espírito.

Não é sem motivo, que já se apontou uma íntima ligação entre a advocacia e democracia; onde não há liberdade pode haver juristas a serviço dos poderes constituídos. Mas, não haverá advogados, a liberdade do advogado como se vê, tem um pressuposto, uma ordem civil e política, ajustada ao seu tempo, para que ele possa levar à frente, os valores da comunidade a que ele pertence.

A ARENA nesta Casa associa-se aos advogados, nesta data em que se comemora os 150 anos da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. E espera e tem certeza, que os bacharéis continuem dando a este País, a sua contribuição. Sabe e reconhece o nosso Partido, que ao bacharel está fadada uma grande missão. Que é a de promover a justiça; de lutar pelos ideais mais fundamentais da dignidade da pessoa humana.

No momento em que os tecnocratas assumem posição de relevo, na sociedade brasileira, é preciso que o bacharel, com sua visão global da nossa problemática, retome o prestígio que já teve e participe cada vez mais, dos quadros decisórios da Nação, porque o bacharel tem uma visão global mais completa, mais humana, mais justa do que o tecnocrata.

Estão aí centenas, senão milhares de exemplos, de bacharéis ilustres, como Teixeira de Freitas, Lafayette Rodrigues Pereira Alves, José de Alencar, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Pedro Lessa, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Rui Barbosa, Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Plínio Barreto, Hermes Lima, Santiago Dantas e tantos e tão ilustres que fizeram deste País uma Nação preparada para ingressar uma nova fase histórica.

A Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, repito, congratula-se com os bacharéis e sabe que poderão eles continuar contribuindo, enormemente, decisivamente, para a concretização de todos os ideais que nos animam que é de fazer, deste País, uma sociedade democraticamente saudável, politicamente amadurecida e socialmente justa.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta a Liderança da Arena se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o nobre Deputado Trajano Bastos, se deseja ocupar o espaço que é dedicado ao MDB?

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, uma consulta: o Grande Expediente foi tomado totalmente pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Ainda restam 11 minutos, no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais que justo, é necessário que esta Casa, a exemplo do que já ocorreu, registre as comemorações do Sesquicentário da instituição dos Cursos Jurídicos na terra brasileira.

Venho, por delegação da minha bancada, falar pelo MDB.

Dizer que é justo que se volte os olhos para trás, nessa longa caminhada dos juristas e dos bacharéis brasileiros, reafirmando, nas quadras nacionais, a nossa disposição ao povo, de viver sob o império da Lei, sob o regime da liberdade.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje se faz necessário que deixemos o passado e voltemos as vistas ao amanhã, que pretendemos aqui, e agora, a nossa homenagem à consciência jurídica brasileira que, nesta quadra da vida nacional, empunha uma das mais sérias, das mais caras, bandeiras que a gente deste País também está a empunhar.

Por isso, Sr. Presidente, aqui esteve o Líder de nossa bancada, na melhor homenagem que se poderia prestar aos advogados do Brasil, desta tribuna, lendo a mensagem que entregaram, ao povo brasileiro, na recém e divulgada "Carta aos Brasileiros".

Esta a melhor e a mais eloquente homenagem que o MDB desta Casa, poderia prestar e prestou aos advogados do Brasil.

Quero entender também, Sr. Presidente, trazer à consideração da Casa o requerimento que passo a ler. (le): O requerimento acha-se publicado no expediente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

A Presidência, devidamente autorizada pela Liderança da Aliança Renovadora Nacional, informa ao Sr. Deputado Accioly Neto, que poderá acrescentar ao tempo do Grande Expediente, os quinze minutos reservados à Arena.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração, para que com a colaboração do tempo, invocado pacientemente, possa produzir seus frutos, que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja do povo, seja das elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranquiliza os cidadãos e paraliza a evolução do meio social".

Na data em que se comemora o sesquicentário da instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, entendi apropriado utilizar-me das sábias palavras do extinto Senador Milton Campos, proferidas há quase uma década, para iniciar a minha saudação aos advogados brasileiros.

A Lei de 11 de agosto de 1827 que a Assembléia Geral do Império do Brasil decretou e D. Pedro I, Imperador Constitucional, sancionou, criando dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais — um na cidade de São Paulo, outro em Olinda, representa, segundo Rui Barbosa Nogueira, "não só o marco inicial do ensino superior brasileiro, mas sobretudo o despertar da consciência nacional no campo da cultura", e consoante Haroldo Valadão, "a verdadeira Carta Magna de nossa independência cultural: deslocava-se de Coimbra para nossa terra e ampliando-se num sentido fortemente progressista o antigo e único centro oficial de formação do nosso ensino superior".

Assim, Olinda e São Paulo passaram a representar as duas capitais intelectuais do País.

Em ambas as Faculdades de Direito, que funcionavam como duas grandes sedes culturais em sistema de vasos comunicantes, é que se plasmou a unidade cultural, a unidade literária e a unidade política, base indestrutível da unidade brasileira.

Daí o jusfilósofo Miguel Reale ter dito, com propriedade, que essas tradicionais escolas de ensino e curso de Direito e da Justiça, por sua intencionalidade, são tempo e templos da nacionalidade.

E, exatamente porque é quase indefinido, quanto à extensão o campo da abrangência do Direito e da Justiça, é que São Paulo e Olinda foram os grandes e fecundos laboratórios das maiores reformas de base no Brasil — a política, com a República, e a social e econômica, com a Abolição da Escravidão. Ali se debateram e modelaram os ideais, então se formaram os apóstolos, e, afinal, dali partiram as vanguardas republicanas e abolicionistas.

Assim se desenvolveu a cultura jurídica brasileira transbordando do quadro restritamente jurídico para o filósofo, o social, o literário, o político, na animadíssima vida intelectual



daqueles dois núcleos espirituais da nacionalidade.

O transbordamento foi tão grande que parecia ter sido o curso jurídico apenas tela, palco ou cena em que se pintaram, representaram ou projetaram motivos, peças, argumentos de toda ordem, políticos, sociais, econômicos, filosóficos, literários e mesmo jurídicos.

Contudo, a moldura jurídica nunca esteve de todo ausente. Ao contrário, soube enquadrar os assuntos nos supremos princípios da justiça. A profunda noção de Justiça na ordem interna e no campo internacional, a mentalidade brasileira de repúdio à violência, à agressão e à escravidão, o espírito pátrio de amor à liberdade, se cristalizavam em nossas Faculdades de Direito e dali se irradiavam pelo Parlamento, pelo Foro, pelo Governo, e chegou a todo o povo, de forma marcante na história brasileira.

Calderaram-se em Olinda e em São Paulo desde 1828, e se expandiram e se solidificaram, em toda a Nação, definitivamente, através dos juristas, os nossos sublimes ideais de democracia, de liberdade e de justiça, coroados com a Abolição, a República, a Federação, o Judicialismo e o Arbitramento.

Feito este retrospecto, pergunta-se: Qual a função do advogado no Brasil de hoje?

Não é de crer que o exercício profissional fique circunscrito à defesa ciosa e competente do interesse da parte que representa na lide judicial. A aceitar tal alienação, em face do próprio Direito, seria renegar as mais caras tradições da advocacia brasileira, atirando ao baú de coisas imprestáveis o trabalho ciclópico iniciado com os cursos jurídicos em Olinda, depois Recife, e São Paulo.

Uma outra atuação, passados 150 anos, é exigido de cada um dos profissionais do Direito. É que, nesse período longo de século e meio, muita coisa mudou em nosso País, especialmente no seu núcleo mais sensível — o Direito.

Ninguém desconhece o desapareço ao Direito que impera no Brasil atual, que se encontra há menos de três décadas do século XXI.

Vivemos agora, não mais o primado do Direito, mas a supremacia da segurança, cuja força é invencível e avassaladora.

Tal é o gigantismo dessa Nova Ordem, sufocando o Direito e, de consequência soterrando a Justiça, que até a Igreja Católica, sobressaltada, em recente documento intitulado: "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Política" — denuncia que:

"A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última do direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com o sistema e a Nação, não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema".

"Com toda certeza, pode-se afirmar que não foi um Direito amesquinhado e promíscuo que almejavam, para o País, todos aqueles bacharéis saídos de Olinda e Recife, e São Paulo, e os seus sucessores no tempo, imbuídos arraigadamente do dever de manter perene o Estado de Direito no Brasil.

Tanto é verdade, que a Faculdade de Direito de São Paulo — que "nasceu sob o signo do liberalismo", como assinou Almeida Júnior, e que surgiu como uma necessidade de nacionalização de idéias e sentimentos", como lembra o grande mestre e historiador das Arcadas que foi Spencer Vampre — se viu de local, novamente, para que se lançasse à Nação uma categórica proclamação:

"A Consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito, já".

Essa proclamação está contida na "Carta aos Brasileiros" que o conspícuo professor Godofredo da Silva Teles leu à Nação no último dia 08 de agosto, e cuja introdução, por si só, é da maior significação à vista da situação brasileira

e, vale frisar, tendo em conta o Sesquicentenário da instituição dos cursos jurídicos.

Está escrito na introdução da Carta, que foi assinada em seu primeiro momento, por 93 juristas, exatamente o seguinte: "Das Arcadas do Largo de S. Francisco, do 'Território Livre' da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a Proclamação de Princípios de nossas convicções políticas.

Como herdeiros do patrimônio recebido de nossos maiores, ao ensejo do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos do Brasil, queremos dar o testemunho, para as gerações futuras, de que os ideais do Estado de Direito, apesar da conjuntura da hora presente, vivem e atuam, hoje como ontem, no espírito vigilante da nacionalidade.

Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras.

Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade na História do Brasil".

O documento, em sua inteireza, consubstancia as concentrações de Direito, que devem ser revidadas imediatamente, sob pena do País mergulhar em definitivo nas profundezas insondáveis da arbitrariedade e do terror. Deixando de lado o que não é essencial, a Carta, ao cuidar do legal e do legítimo, partindo da válida premissa segundo a qual "só é legítima provinda de fonte legítima", chega à conclusão idêntica a de Milton Campos há pouco citada. Disse o ex-Senador, volto a repetir, que "o processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbítrio, que elimina o Direito, intranquilliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social", ao passo que os juristas manifestam que "Imposta, a ordem é violência. Às vezes, em certos momentos de convulsão social, apresenta-se como remédio de urgência. Mas, em regra, é medicação que não pode ser usada por tempo dilatado, porque acaba acarretando males piores do que os causados pela doença".

No que respeita à soberania da Constituição e o Poder constituinte, a Carta assinala a ilegitimidade da Constituição outorgada por autoridade que não seja a Assembléia Nacional Constituinte. Nada mais verdadeiro, pois se a Constituição é obra do Poder Constituinte, este pertence exclusivamente ao povo, que, como enfatiza o documento das Arcadas, é competente para "tomar a decisão política fundamental, que irá determinar os lineamentos da paisagem jurídica em que deseja viver".

Devemos reconhecer que a atual Constituição Brasileira é ilegítima desde o nascedouro e vem se tornando espúria a cada vez que nela se introduzem modificações decorrentes de emendas elaboradas por um Poder diverso do Constituinte. Mas, como asseverou Afonso Arinos:

"É noção básica do Direito Constitucional democrático, que o princípio da legitimidade se exprime, concretamente, em assegurar à autoridade o exercício do poder, mas nunca em conceder-lhe a capacidade de criar ou ampliar o poder instituído.

A autoridade constitucional não cria o poder; exerce-o de acordo com a Constituição.

A norma excepcional que permite o acréscimo indefinido do poder, transforma a autoridade em arbítrio.

No Estado, há o poder de criação que não pertence ao exercício do poder criado. A autoridade é uma das criações — a mais alta — da legitimidade, mas não pode ser a sua criadora".

Como não poderia deixar de ser, a carta dedica judiciosas considerações ao Estado de Direito e Estado de Fato. Em

notável obra, recentemente editada, o festejado jurista cearense Othon Sidou, escrevendo sobre as garantias dos direitos coletivos, assinala que "O Estado de fins ilimitados, onipotente e onicompreensivo, assentado na filosofia grega clássica, o Estado providência paternalista, o Estado-de-polícia, começou a estalar em seus alicerces, para, paulatinamente, deixar-se sub-rogar na organização estatal, inspirada no individualismo, tuteladora da ordem jurídica e garantidora da liberdade, no conceito kantiano, o Estado-de-direito-Staatrecht".

Ora, se o Estado de Direito teve esse conceito na sua origem pós-Renascimento, hodiernamente o seu significado ainda mantém a estrutura básica que lhe dá consistência — obediência ao Direito, guardião do Direito e aberto para as conquistas da cultura jurídica.

Essas notas essenciais do Estado-de-Direito, apontadas na Carta, e que dão substância ao próprio conceito de tal tipo de organização estatal, estão desaparecidas do Estado brasileiro, o qual por isso mesmo, não consegue sequer ter o título de Estado constitucional. Vivemos lamentavelmente o Estado de fins ilimitados, onipotente e incompreensivo, de que fala Sidou e que a Carta chama de Estado de Fato, isto é, aquele "cujos chefes tendem a se julgar onipotentes e oniscientes, e que acabam por não respeitar fronteiras para a sua competência. São os Estados cujo governo não tolera crítica e não permite contestação. São os Estados fim, com Governos obcecados por sua própria segurança e continuidade. São os Estados opressores, que muitas vezes se caracterizam por seus sistemas de repressão, erguidos contra as livres manifestações da cultura e contra o emprego normal dos meios de defesa dos direitos da personalidade".

Outro aspecto a que o documento dá ênfase, se relaciona à participação do povo, diretamente ou por representação ilegítima, em todos os setores da nacionalidade.

É que não só a legalidade, mas a própria soberania do Estado, está condicionada à participação do povo, aliás o seu principal elemento de formação. Não foi outra a lição deixada por Rui Barbosa, para quem "a soberania reside sempre, de direito ou de fato, inalienável e reconhecidamente no povo".

Temos que nos perguntar: qual a participação do povo brasileiro na vida nacional nos dias de hoje?

Melancolicamente, a resposta tem que ser negativa, isto é, nenhuma.

Há um profundo abismo entre a sociedade civil e o Governo. Tal fenda explica-se na Carta, é consequência de — nos Estados de Fato, a sociedade civil (é) ser banida da vida pública da Nação. A sociedade civil é tratada como um confuso conglomerado de ineptos, sem discernimento e sem critérios, aventureiros e aproveitadores, incapazes para a vida pública, destituídos de senso moral e de idealismo cívico. Uma multidão de ovelhas negras que precisa ser continuamente contida e sempre tangida pela inteligência soberana do sábio tutor da Nação. Nesses Estados, o Poder Executivo, por meio de atos arbitrários, declara a incapacidade da sociedade civil e decreta a sua interdição".

Com todas as tristes constatações até agora anotadas, volto outra vez minhas atenções aos advogados que comemoram, juridicamente enlutados, a sua magna data.

Alimento em mim a esperança, nesta hora, de que cada advogado brasileiro, fiel às suas tradições, e consciente como Afonso Arinos de que "a imposição de um regime anti-jurídico não constitui, por si só, uma Revolução", abraça a grande causa da Nação Brasileira, para postular, em favor do povo, de todo povo,

- o direito de não ver ninguém jamais submetido às disposições de atos Legislativos do Poder Executivo, contrários aos preceitos e ao espírito da Constituição;
- o direito de ter um governo em que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário possam cumprir sua missão

com independência, sem medo de represálias e castigos do Poder Executivo;

- o direito de ter um Poder Executivo limitado pelas normas da Constituição Soberana, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte;
- o direito de escolher em pleitos democráticos seus governantes e legisladores, o direito de ser eleito governante ou legislador, e o de ocupar cargos na administração pública, o direito de se fazer ouvir pelos Poderes Públicos e de introduzir seu pensamento nas decisões do governo;
- o direito à liberdade justa, que é o direito de fazer ou de não fazer o que a lei não proíbe;
- o direito à igualdade perante a lei, que é o direito de cada um receber o que a cada um pertence;
- o direito à intimidade e à inviolabilidade de domicílio;
- O direito à propriedade e o de conservá-la;
- o direito de organizar livremente sindicatos de trabalhadores, para que estes possam lutar em defesa de seus interesses;
- o direito à presunção de inocência, dos que não forem declarados culpados, em processo regular;
- o direito de imediata e ampla defesa dos que forem acusados de ter praticado ato ilícito;
- o direito de não ser preso, fora dos casos previstos em lei;
- o direito de não ser mantido preso, em regime de incommunicabilidade, fora dos casos da lei;
- o direito de não ser condenado a nenhuma pena que a lei não haja cominado antes do delito;
- o direito de nunca ser submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante;
- o direito de pedir a manifestação do Poder Judiciário, sempre que houver interesse legítimo de alguém;
- o direito irrestrito de impetrar "habeas-corpus";
- o direito de ter juízes e tribunais independentes, com prerrogativas que os tornem refratários a injunções de qualquer ordem;
- o direito de ter uma imprensa livre;
- o direito de fruir das obras de arte e cultura, sem cortes ou restrições;
- o direito de exprimir o pensamento, sem qualquer censura, ressalvadas as penas legalmente previstas, para os crimes de calúnia, difamação e injúria;
- o direito de resposta; e, finalmente,
- o direito de reunião e associação.

"Tais direitos — proclama a Carta do Sesquicentenário — são valores soberanos. São ideais que inspiram as ordenações jurídicas das nações verdadeiramente civilizadas. São princípios informadores do Estado de Direito".

Essa é uma causa de 150 anos de passado e, talvez, mais outro tanto de futuro. Não importa o tempo, no caso. Interesse, somente, que há de ser defendida, a qualquer preço e, sobretudo, com denodado fervor cívico e acendrado amor ao Direito e à Justiça.

Ao concluir, relembro as palavras de Rodolf Von Inering;

"O fim do Direito é a paz, o meio de atingi-lo a luta. Enquanto o direito tiver de contar com as agressões partidas dos arraiais da injustiça — e isso acontecerá enquanto o mundo for mundo — não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta — uma luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos.

(...) a defesa do direito é um dever de autoconservação moral, o abandono total do mesmo, hoje impossível, mas que já foi admitido, representa o suicídio moral".

Era só, Sr. Presidente.

OSR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulta a Liderança

do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço reservado ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS – Ocupará o horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, o eminente Deputado Antônio Del Ciel.

O SR. DEL CIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que as minhas primeiras palavras sejam de saudação, reconhecimento e aplauso ao eminente Deputado que me antecedeu nesta Tribuna, pregando a pregação do povo, oferecendo a todos nós, Deputados Estaduais e ao povo desta terra, uma lição que haverá de ficar registrada na história deste Poder, deste Estado e desta Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que me traz à tribuna, nesta oportunidade, se prende à grande crise que vive a cafeicultura nacional. Diz a lenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o café, maior produto gerador de divisas do Brasil, cuja cultura foi iniciada com a mão-de-obra dos escravos, carrega a praga dos negros. Mas, na verdade, o que se tem constatado é que a incompetência, desconhecimento, a falta de planejamento e visão dos responsáveis pela política econômico-financeira deste País e principalmente a negra e comprometedora atuação do Ministro da Indústria e Comércio, Sr. Ângelo Calmon de Sá que nada entende de café, estão a condenar a nossa cafeicultura ao fracasso, à falência, ameaçando-a até mesmo de desaparecimento.

Não se pode admitir, em sã consciência, que o Governo brasileiro continue a tratar a cafeicultura com a sua política de improvisação sem uma filosofia definida, comprometendo o produto que representa seguramente 40 por cento da nossa balança comercial. Nesse país já queimaram café; incentivaram o plantio; determinaram a erradicação de cafeeiros pagando para o cafeicultor dizimar suas lavouras e voltaram a incentivar através de programas especiais o seu replantio.

Desta mesma tribuna requeri e os Senhores Deputados por unanimidade aprovaram o envio de ofício ao Senhor Presidente da República solicitando a deposição do Senhor Camilo Calazans da presidência do Instituto Brasileiro do Café, quando o Paraná, parte de São Paulo e sul do Mato Grosso tiveram destruídos os seus cafeeiros pela catastrófica geadas de 18 de julho de 1975, e o presidente do IBC iniciou a campanha visando extinguir a cafeicultura em nosso Estado, considerando as nossas terras impróprias para a cultura do café por adversidades climáticas, desconhecendo que do ano de 1892 a 1975, portanto em 78 anos registraram-se 26 com geadas, sendo 15 geadas severas, uma para cada período de 5,2 anos e 3 geadas severíssimas, uma para cada 28 anos em nossas regiões produtoras.

Parece que a lição serviu para o presidente do IBC que pelos seus atos demonstrava até então que também nada entendia de café, confessando mesmo em reuniões com classes representativas da cafeicultura nacional que era um leigo a quem se havia confiado a importante missão de ditar a política cafeeira em nossa Nação e que ora aí está a incentivar o replantio no Paraná que, sempre foi o maior produtor de café em média, em nosso país, assim como, nos demais Estados reconhecendo o peso e o valor desse produto na nossa Balança Comercial.

Mas o atual drama que se abate sobre a cafeicultura se iniciou no final do mês de março deste ano quando o café atingia seu mais alto preço, Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), por saco beneficiado, pois pela falta de filosofia, pela inexistência de unidade de pensamento dos Srs. Ministros de área economia e ausência de planejamento anunciaram os primeiros “balões de ensaio” do “contingenciamento” que foi denominado pelas autoridades brasileiras de “Certificado de Quota” que determinava para cada dois sacos exportados ao preço do dia de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), um saco seria entregue ao preço marcado de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), exatamente a metade do valor na exportação, desconhecendo a história e ignorando a prática que sempre demons-

trou que o Mercado Interno, e o Externo funcionaram como vasos comunicantes, sendo impossível operar-se em Alta no Mercado Exterior (a Cr\$ 4.000,00 o saco) e em baixa no Mercado Interno (a dois mil cruzeiros o saco). Daí, a denominação dada ao “Certificado de Quota” nos meios cafeeiros inicialmente de “Camileta” o que caracteriza a paternidade de Camilo Calazans que na verdade tem sido um “bem mandado” e hoje a denominação de “Burreta” que simbolizava o grande erro dos Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, assim como, a revolta de todos que tratam com o café.

Eis a escalada do insucesso. A queda assustadora do preço do café.

Em 01 de abril de 77 – Cr\$ 4.000,00; em 15 de abril de 77 – Cr\$ 3.900,00; em 29 de abril de 77 – Cr\$ 3.500,00; em 06 de maio de 77 – Cr\$ 2.900,00; em 20 de maio de 77 – Cr\$ 3.000,00 (em função do frio); em 10 de junho de 77 – Cr\$ 2.800,00; em 24 de junho de 77 – Cr\$ 2.500,00; em 08 de julho de 77 – Cr\$ 2.200,00; em 15 de julho de 77 – Cr\$ 2.000,00; em 22 de julho de 77 – Cr\$ 1.950,00; em 08 de agosto de 77 – Cr\$ 1.800,00.

Aí está, o precioso e escasso café a Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros), por saco, com o Mercado completamente paralisado, e o Governo Brasileiro a declarar-se favorável à conta do café dos nossos concorrentes no Mercado Interno, principalmente, da Colômbia e de Países Centro-Americanos, assim como da África, numa confirmação de que estão completamente desorientados.

Ao invés de prestigiar nossos concorrentes comprando café a “preço-dólar” no Mercado Internacional, o Governo deveria ajustar o preço de suporte de Cr\$ 1.250,00 para Cr\$ 2.500,00 ou a Cr\$ 3.000,00, bancando a compra interna, o que refletiria imediatamente no mercado externo, provocando indubitavelmente, uma vertiginosa recuperação do preço além de, atender a necessária constituição de nosso estoque cafeeiro que em junho de 1964 era de 50.274 mil sacos (cinquenta milhões, duzentos e setenta e quatro mil sacos) e que hoje está praticamente a zero.

“A situação é desesperadora. Os cafeicultores depois de dois anos de grande geadas estão colhendo uma pequena safra e os preços de cotação está abaixo do valor do consumo interno com o mercado completamente paralisado. Os comerciantes, maquinistas, exportadores e corretores de café enfrentam possivelmente a maior crise de todas as épocas, vivendo em todas as praças cafeeiras o temor do fantasma das falências e concordatas.

Enquanto cai o preço do café de Cr\$ 4.000,00 para Cr\$ 1.800,00, constatamos que o Governo não reduz o confisco cambial, mas acompanhando as altas do dólar, eleva-o, engordando os cofres do Fundo de Defesa do Café que a nossa cafeicultura nunca defendeu, aplicando parcialmente os recursos gerados pelo confisco cambial na cafeicultura, mas sem que ninguém saiba até hoje onde têm sido investidos as grandes fatias do bolo feito com a receita do confisco que hoje atinge 163,00 dólares, aproximadamente Cr\$ 2.360,00 por saca de café.

O cafeicultor recebe Cr\$ 1.800,00 por saca e o Governo Cr\$ 2.360,00, portanto bem mais que o produtor.

Se definitivamente o Governo não abre mão do confisco cambial é premente que o reduza, transferindo ao cafeicultor parte da sua arrecadação para que se possa superar a atual crise.

Vamos todos nós, como Deputados do Estado que mais produz café em média neste País, ajudar a salvar a cafeicultura brasileira tirando-a dessa situação que está sendo mais catastrófica que a geadas de 18 de julho de 1975.

O Brasil conta hoje com 3 bilhões de cafeeiros, participando o Paraná com 610 milhões de pés; São Paulo com 815 milhões; Minas Gerais com 840 milhões; Bahia, 90 milhões;



Espírito Santo, 425 milhões, Mato Grosso e outros Estados com 100 milhões e mais 150 milhões aprovados para plantio nos Estados produtores, parque cafeeiro que poderá proporcionar a produção de 30 milhões de sacas de café beneficiado por ano.

O Instituto Brasileiro do Café está com o seu estoque praticamente a zero e o Brasil exporta anualmente 14 milhões de sacas, enquanto consumimos 6 milhões internamente o que viabiliza a elevação do preço suporte para Cr\$ 2.500 a Cr\$ 3.000,00 pois com o excedente anual de 10 milhões de sacos se nenhum fator climático negativo reduzir a nossa produção, demandará no mínimo cinco anos para que o Governo reconstitua o estoque de 50.274.000 sacos que encontrou no IBC em 1964 e que foi mantido quase que inalterado até 1968 registrando-se até algumas elevações no estoque para chegarmos ao estoque praticamente inexistente na presente data.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, proponho a apreciação do requerimento de nossa autoria que solicita o envio de sugestões ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General ERNESTO GEISEL, ao Ministro da Fazenda, MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN, ao Ministro da Indústria e do Comércio, ÂNGELO CALMON DE SÁ, e ao Presidente do IBC, Senhor CAMILO CALAZANS, assim como cópia deste pronunciamento como justificativa da presente proposição que vai vazada nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que no final assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, aos Ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda e Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, e, ao Presidente do IBC, Senhor Camilo Calazans, nos seguintes termos:

#### EXCELENCIA:

A Assembléia Legislativa do Paraná, vem à presença de Vossa Excelência, face a crise com que se defronta a Cafeicultura brasileira em todos os setores a ela relacionados, com o devido respeito, apresentar as seguintes sugestões objetivando contribuir para solucionar os problemas que afligem a nossa gente e refletem na política econômica de nosso País.

a) Elevação de preço suporte do café de Cr\$ 1.250,00 (hum mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) para Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) por saco, fator decisivo no comportamento do Mercado Externo;

b) Redução do Confisco Cambial;

c) Bancar a compra de café no Mercado Interno com o novo preço suporte, evitando a compra no Mercado Externo a "preço-dólar";

d) Determinar a prorrogação dos financiamentos e empréstimos do setor cafeeiro para após superação crise e estabilidade do Mercado Interno e Externo; e,

e) Definir Política Cafeeira para evitar os desencontros dos Ministros da área econômica e o Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1977.

(a) DEL CIEL"

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que encerra hoje o prazo aberto de três dias para apresentação de emendas à Proposição número 419/77, Emenda à Constituição do Estado, apresentada pelo Sr. Deputado Lineu Turra, com apoioamento constitucional.

Desta forma, remete-a à consideração da Comissão Especial, para que emita parecer.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 68/77, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Solicito a V. Exa. a fineza de encarecer ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende V. Exa. e determinará ao Sr. Primeiro Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Há quorum apenas para prosseguimento da sessão.

Em discussão o Projeto de Lei número 68/77. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 69/77, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Pato Branco, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 10/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 69/74, ex-Proposição número 194/74, aprova convênio celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, objetivando incrementar as atividades agropecuárias naquela região. Pareceres favoráveis da CCJ., e C.A., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 205/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 142/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Jacarezinho, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 207/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 158/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o município de Telêmaco Borba, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 210/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 37/77, ex-Proposição número 190/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através

de sua Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a interveniência dos Órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos ao programa de Treinamento de Executivos em nosso Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CAIC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 214/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 208/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Ibiporã, visando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 215/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 217/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o município de Guaraqueçaba, objetivando a implementação do projeto Logos II — habilitação de professores não titulados conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 234/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 66/77, ex-Proposição número 388/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., e COPTC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 235/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 394/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Alvorada do Sul, objetivando execução de obras de reparos na Agência de Rendas daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 236/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 396/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Barracão, objetivando execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professora Leonor Castiliano, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 237/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 399/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santo Antônio do Sudoeste, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Santo Antônio, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 238/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 408/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria da Administração e o município de Uraí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Uraí. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 07/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a Contagem de Tempo de Serviço prestado à atividade privada para efeito de aposentadoria. Anexos o Projeto de Lei número 08/77, do mesmo autor, e o Projeto de Lei número 61/76, de autoria do Deputado David Federmann, que versam sobre a mesma matéria. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CRH., com Substitutivo Geral da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 07/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Os servidores públicos civis do Estado, ao completarem 5 (cinco) anos de efetivo exercício, terão direito a computar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado em atividades vinculadas ao regime da Lei Federal número 3807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente.

Art. 2º — Para os fins desta lei, a contagem do tempo de atividade a que alude o artigo anterior, será feita de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

I — é vedada a acumulação de tempo de serviço público com o da atividade privada, quando concomitantes;

II — não será contado por um sistema o tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de aposentadoria pelo outro sistema;

III — o tempo de serviço relativo à filiação dos segurados de que trata o Art. 5º, item III, da Lei Federal número 3807, de 26 de agosto de 1960, bem como o dos segurados facultativos, dos domésticos e dos trabalhadores autônomos, será contado quando tiver havido recolhimento, nas épocas próprias, da contribuição previdenciária correspondente aos períodos de atividade.

Art. 3º — As disposições da presente lei aplicam-se aos magistrados.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### JUSTIFICATIVA ;

Lei Federal estabeleceu, em 1976, para os funcionários da União, a reciprocidade na contagem de tempo de serviço público e de atividade na empresa privada, para efeito de aposentadoria.

Medida das mais justas e louváveis, porque não era justo discriminar, na apuração de tempo para aposentadoria, os períodos trabalhados no serviço público ou na atividade empresarial.

Infelizmente, dispositivo dessa Lei que permitia a extensão do mesmo benefício aos funcionários públicos Municipais e Estaduais, foi vetado pelo Senhor Presidente da República, sob o fundamento de que feriria a autonomia dos Estados e dos Municípios, com o que, aliás, não concordamos, facultando-se a sua utilização ou não pelos entes públicos interessados.

Diversos Estados da Federação, porém, vêm cogitando de mandar computar, ainda que unilateralmente, em favor dos seus servidores, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado sob o regime da Lei de Previdência Social.

A todos se antecipou o Estado do Ceará, com a Lei 9.965, de 10 de novembro de 1975, merecendo, por isso, o aplauso incondicional dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais de todo o Brasil, os quais, inclusive, na cidade de Recife, no dia 25 de janeiro de 1976, prestaram, por intermédio do Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do

Brasil, expressiva homenagem ao Governador cearense, autor da iniciativa.

Com o presente plano de lei, que temos a honra de submeter à consideração dos nossos ilustres pares, pretende-se colocar o Estado do Paraná, entre os que desejam dar aos funcionários públicos estaduais o mesmo tratamento dispensado aos federais.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 07/77

##### SUBSTITUTIVO GERAL

Com fundamento na razões em separado, que acompanham o presente, opina-se pela aprovação do projeto de lei em exame, quanto ao seu aspecto constitucional, na forma do Substituto Geral junto.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

MUGGIATI FILHO – Relator

APOIAMENTOS: Augusto Carneiro, Maurício Fruet, Waldenício Barbalho, Osvaldo Macedo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substituto Geral ao Projeto de Lei número 07/77

Art. 1.º – Observados os critérios previstos na Lei Federal número 6.226, de 14 de julho de 1975, será computado para fins de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória dos funcionários públicos civis de órgãos da Administração Estadual direta e das autarquias estaduais, o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei número 3807, de 26 de agosto de 1960 e Legislação subsequente.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO – Presidente

MUGGIATI FILHO – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 07/77

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, pretende o presente projeto de lei implantar, para o funcionalismo público do Estado do Paraná, a reciprocidade na contagem de tempo de serviço público e de atividade na empresa privada para efeito de aposentadoria, a exemplo e numa extensão da Lei Federal número 6226/75, que proporcionou o mesmo benefício ao funcionalismo da União.

A douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou Substituto Geral que atende plenamente as necessidades dos funcionários do Estado do Paraná e retrata a vontade do Deputado Maurício Fruet, autor do projeto ora focalizado.

O Estado do Ceará já implantou para os seus servidores tal benefício, enquanto outros Estados estão a apreciar leis com o mesmo objetivo, devendo o Projeto de Lei número 07/77 incluir o Paraná entre os Estados que dão o mesmo tratamento dispensado aos funcionários federais.

Por ser de justiça e de direito, e tendo o Estado do Paraná plenas condições para suportar a implantação do presente plano de lei, nos pronunciamos favoravelmente, opinando pela sua aprovação, na forma do Substituto Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 1977.

(aa) DEL CIEL – Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei número 07/77

Acompanhando o que já dispõe a Legislação Federal para os seus servidores, apresentamos o senhor deputado Maurício Fruet projeto de lei dando idênticas vantagens aos servidores públicos do Estado do Paraná, inclusive, suprimindo assim a falta de iniciativa nesse sentido do Poder Executivo Estadual, pois a le-

gislação Federal a fim de não imiscuir-se na autonomia de seus Estados e Municípios, deixou de estender aquelas a estes servidores públicos, quase que numa pretensão de que os Estados tomassem a mesma iniciativa dentro de suas possibilidades administrativas e financeiras.

Ora, o Estado do Paraná, por ser de justiça e de direito tem condições de ordem administrativa e moral de arcar com a implantação do plano de ordem administrativa e moral de arcar com a implantação do plano de lei em tela dando estas vantagens aos seus servidores, sancionando aquilo que o legislador com gesto humanitário e justo pretende carrear para o funcionalismo de nosso Estado.

Acreditamos, que a iniciativa do nobre Deputado visa o elemento humano num todo, dando-lhe idênticas vantagens e tratamento, não trazendo administrativamente falando, transtornos aos quadros funcionais do Estado. Aceitamos o projeto de lei e emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e damos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1977.

(aa) NELSON BUFFARA – Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei número 66/77, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Bela Vista do Paraíso. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 66/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 66/77

O presente Projeto de Lei número 66/77, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Bela Vista do Paraíso.

Acompanham o projeto cópia do Estatuto daquela entidade e certidão de seu registro como pessoa jurídica.

Funcionando desde 1974, sem fins lucrativos, tem por objetivo principal a assistência social, espiritual e cultural aos excepcionais, o que bem atesta o seu alto valor social.

Considerando que foram preenchidos todos os requisitos legais exigidos para ser declarada a sua utilidade pública, opinamos pela aprovação do projeto de lei número 66/77.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO – Presidente

FIDELCINO TOLENTINO – Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, indicando os Srs. Deputados Renato Bernardi, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi e Enéas Faria, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, da economia do Paraná. – Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do sesquicentenário da instalação dos cursos jurídicos no Brasil. – APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja dotada a Sub-



Delegacia de Polícia do Distrito de Sarandi, Município de Miraselva, de condições para alcançar sua finalidade, dotando-a principalmente, de uma viatura para locomoção dos elementos lá destacados. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo urgência na solução da falta de salas de aula na sede do Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências para regularizar a expedição de Cédulas de Identidade em Londrina e Municípios da região. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à SUNAB e CIP, alertando-lhes para o fato de que em nosso

Estado e principalmente em Curitiba, quase não existe à venda o chamando "pão francês" e o efeito do seu tabelamento aqui se torna praticamente inútil, pois o paranaense se alimenta basicamente com o chamado "pão d'água". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e, ao Presidente do IBC, consubstanciado em sugestões para atender as necessidades prementes da Cafeicultura Brasileira e em defesa de nossa Política Econômica-Financeira. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.